

## Os caminhos para a história social da língua: interações entre o social e o linguístico

*The way to the social history of language:  
interactions between the social and the linguistic*

Marilza de Oliveira\*

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Hélcio Batista Pereira\*\*

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

**Resumo:** No presente trabalho pretendemos discutir os caminhos para a pesquisa no campo da História Social da Língua. Para tanto, assumimos a perspectiva da terceira onda da Sociolinguística, presente em Eckert (2000, 2005) e Eckert e McConnell-Ginet (2010), que entendem a descrição da língua à luz do conceito de ‘comunidade de prática’. Interessa discutir, nessa perspectiva, como os indivíduos se engajam socialmente através da linguagem, para participar e construir suas identidades. Após apresentação dessa proposta e de seus contornos teórico-metodológicos, evidenciamos a sua aplicação em dois estudos que realizamos com cartas produzidas por três indivíduos da família Mesquita no início do século XX, membros da elite paulista e proprietários de *O Estado de S. Paulo*. Como fenômeno linguístico, focalizamos o uso dos pronomes demonstrativos e a colocação pronominal. Nossa proposta aqui é que os estudos de História Social da Língua trabalhem no cruzamento interdisciplinar, observando nos *corpora* não somente dados linguísticos, mas também elementos que delineiem o engajamento dos indivíduos nas ‘comunidades de prática’ a que se filiam.

**Palavras-chave:** História social do português brasileiro. Comunidade de prática. Variação linguística.

**Abstract:** In this work we intend to discuss the way to research in the Social History of Language field. We assume the perspective of the third wave of Sociolinguistics, present in Eckert (2000, 2005) and Eckert and McConnell-Ginet (2010), who understand the description of language using the concept of ‘community of practice’. In this perspective, we must ask how individuals engage socially through language, to participate and build their own identities. After discussing the theoretical and methodological implications of this proposal, we highlight its application in two studies that we conducted with letters produced by three individuals of the Mesquita family in the early XX<sup>th</sup> century, members of the São Paulo elite and owners of *O Estado de S. Paulo*. As a linguistic phenomenon, we focus on the use of demonstrative pronouns and pronominal placement. Our proposal here is that studies of the Social History of Language work at the interdisciplinary intersection, observing in the *corpora* not only linguistic data, but also elements that outline the engagement of individuals in their ‘communities of practice’.

---

\* Professora titular, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; marilza@usp.br

\*\* Professor Adjunto, Departamento de Língua Portuguesa, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; hbpereira@uem.br

**Keywords:** Social history of Brazilian Portuguese. Community of practice. Linguistic variation.

## 1 INTRODUÇÃO

A investigação do passado da língua pode ser realizada por algumas vias. Um dos caminhos possíveis implica estudar estágios linguísticos antigos limitando-se aos seus contornos gramaticais. Temos aí a investigação da ‘mudança gramatical’, definida por Castilho (2010, p. 169) como “[...] o estudo das alterações sofridas na gramática de uma língua-mãe, de que pode surgir uma língua-filha”. O outro caminho possível exige do pesquisador a mobilização de conhecimentos sócio-históricos que ultrapassam os contornos tradicionais da Linguística, em um fazer científico que pode ser enquadrado como pertencente à ‘História Social da Língua’. Esta se atém sobre o “[...] estudo das condições que levaram determinada comunidade a desenvolver uma língua própria, a receber uma língua transplantada, ou mesmo a desaparecer, levando consigo sua língua” (Castilho, 2010, p. 169). O fazer científico nessa segunda opção obriga, portanto, as pesquisas a manipularem não somente saberes e instrumentais da Linguística, mas também de outras áreas das ciências humanas, como a História, a Sociologia e a Antropologia.

A pesquisa em História Social da Língua nesse último caminho leva-nos a uma questão fundamental: o da relação entre o social e o linguístico. As interações entre essas duas dimensões não é tema exclusivo das pesquisas que tomam o passado da língua como objeto a ser investigado. Na realidade, este tema perpassa outros campos de produção científica, como os estudos sociolinguísticos (sincrônicos) e os estudos discursivos.

De fato, a Sociolinguística surgiu buscando respostas às interações entre o social e o linguístico, no tratamento da variação. Eckert (2005) fez uma útil avaliação sobre o percurso desta área de estudos, que teria passado por três ‘ondas’ distintas. A primeira delas iniciou-se com William Labov e foi marcada pelos estudos em comunidades delimitadas geograficamente, concebendo a hierarquia socioeconômica como o mapa para o espaço social. Nessa perspectiva, as categorias sociais tinham um papel decisivo para a atribuição de prestígio ou estigma das formas linguísticas. O estilo era tratado como sendo determinado pelo grau de atenção à fala dado pelo falante, e, portanto, uma definição individual guiada pelos valores de prestígio e de estigma. A ‘segunda onda’, por sua vez, inclui estudos etnográficos de comunidades geograficamente definidas; atribui às categorias locais o caráter de serem elos de categorias demográficas mais amplas; passou a entender as variáveis como elos de categorias definidas localmente e, por fim, concebeu o estilo como sendo afiliado a uma determinada categoria social. Já a chamada ‘terceira onda da Sociolinguística’ transferiu o foco para ‘comunidade de prática’, uma organização social em que as pessoas se engajam em uma determinada atividade. Esse termo é tomado de Wenger (1990), que assim o define:

Communities of practice are a context for organizing one’s engagement in socially meaningful activities, and therefore a context for developing a sense of oneself as an agent in the world, as a social person. (Wenger, 1990, p. 180).

Uma comunidade de prática remete seja ao conjunto de seus membros, seja à própria prática compartilhada (no tênis ou no boliche, em uma banda ou em uma orquestra, na banda de rock ou na banda de jazz etc.):

at which individual and group identities are being co-constructed, and in which we can observe the emergence of symbolic process that tie individuals to groups, and groups to the social context in which they gain meaning (Eckert, 2000, p. 35).

#### Esse novo enfoque da Sociolinguística

[...] retira da noção de comunidade sua caracterização em termos de localização ou população e define uma comunidade por seu engajamento social – afinal de contas a linguagem serve a esse engajamento -, e não ao lugar ou às pessoas como uma coleção de indivíduos. (Eckert; McConnell-Ginet, 2010, p. 95).

Nessa visão, as categorias locais são vistas como sendo construídas a partir de posições comuns dos membros dessa ‘comunidade de prática’. As variáveis são, neste modelo, indicadores relacionáveis às práticas e não a categorias sociais estanques. Tomando como base o axioma ‘Nós somos o que fazemos’, as variáveis são indicadores de relações sociais que se estabelecem em torno de uma atividade e de posições que se assumem nessas relações sociais. Os membros passam a se reconhecer como grupo pela associação de um conjunto de significados sociais que atribuem a um conjunto de recursos linguísticos que adotam em suas práticas. Dentro dessa chave de leitura, o estilo passa a ser compreendido como um modo de construção da identidade.

A mudança da perspectiva da Sociolinguística para a ‘terceira onda’ implica em atribuir às variáveis sociais um dinamismo não previsto inicialmente. A Língua, então, imbrica-se com outros sistemas simbólicos vigentes, permitindo que em tais ‘comunidades de prática’ possa-se exercitar a constante ação de significar a nós mesmos e aos outros:

Durante o engajamento conjunto em tais atividades, as pessoas constroem em colaboração um sentido de si e dos outros como certos tipos de pessoas, como membros de várias comunidades com múltiplas formas de filiação, autoridade e privilégio (Eckert; McConnell-Ginet, 2010, p. 97).

O desafio está em descobrir como o significado social é acoplado a uma variável linguística. A geração de um uso mais ou menos intencional e enfático de uma variável pode ser creditada a um gênero discursivo, mas também a indivíduos que se tornam ícones culturais em determinadas comunidades de prática. O comportamento de um dos membros pode colocá-lo na posição chave de construir o significado de uma variável para o resto da comunidade. Por esse viés, o estilo não é apenas o produto ou o lugar da construção do significado social, mas a prática que torna possível a negociação desse significado.

O presente trabalho pretende exatamente explorar as interações entre a Língua e o Social, no âmbito da História Social da Língua. Nossa proposta é apresentar o tratamento da questão em duas pesquisas distintas que realizamos nas cartas pessoais da família Mesquita no início do século XX: uma sobre o uso dos pronomes demonstrativos e outra sobre o valor distintivo da ênclise.

Como veremos, a nossa opção em ambos os trabalhos implica em conceber que a relação entre a língua e as categorias sociais é marcada por ‘interações mútuas’. O social não é uma variável estática e pré-concebida, como concebe a ‘terceira onda da sociolinguística’. Assumimos, assim, que a intensa troca epistolar entre os Mesquita constitui uma comunidade de prática em que ocorre a reprodução e, também, a produção de estilos.

Queremos aqui contribuir não só para o entendimento dos fenômenos de mudança linguística específicos apresentados em cada uma dessas pesquisas, mas também permitir uma avaliação dos métodos e perspectivas possíveis no campo da História Social da Língua.

## 2 INTERAÇÕES ENTRE O SOCIAL E O LINGUÍSTICO NO USO DOS DEMONSTRATIVOS PELA FAMÍLIA MESQUITA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Muitos trabalhos – como Mattoso Camara Jr. (2000), Cid et al. (1986), Pavani (1987), Castilho (1993), Roncarati (2003), Marine (2004) e Pereira (2005, 2013) – apontaram para uma mudança no sistema pronominal demonstrativo do Português do Brasil. A maior parte dessas pesquisas mostram que o brasileiro faz um uso massificado de ‘esse’ em lugar de ‘este’. Pereira (2005) comparou o uso dos demonstrativos no Português Brasileiro e no Português Europeu em filmes, material jornalístico impresso e tradução de romance, chegando à conclusão de que há, atualmente, divergências significativas entre os dois sistemas linguísticos:

Os corpora portugueses apresentam, de forma geral, uma distribuição que prioriza a forma “este” mas reserva ao pronome “esse” um papel ativo. No PB, a forma “esse” é praticamente a única existente para o material que simula a oralidade, mantém-se como forma preponderante na escrita jornalística e divide funções com a forma “este” na escrita de caráter ficcional. Esse quadro nos leva a crer que a manutenção de “este” no sistema demonstrativo brasileiro depende dos mecanismos de revisão gramatical, o que não se mostra possível na oralidade (Pereira, 2005, p. 97).

FLP 22(2)

Dados recolhidos por Marine (2004) evidenciaram que a primeira metade do século XX é crucial para o crescimento do uso das formas ‘esse’, principalmente na endófora. Nos *corpora* que analisou, no início do século XX, as formas de ‘este’ totalizaram 64 % dos usos, entretanto, os materiais da década de 1960-70 restringem sua produtividade em 32%, o que evidencia o grande avanço das formas de ‘esse’.

Para a realidade da cidade de São Paulo, o período identificado como chave para o processo de mudança nesse sistema pronominal, é de intensa migração de portugueses. Seus dados censitários mostram que, se em 1893 esses imigrantes totalizavam cerca de 14,4 mil habitantes, em 1920 atingem a cifra de 64,6 mil, chegando a 78,9 mil em 1940 (Hall, 2004, p. 132). De fato, considerando as chegadas registradas no Porto de Santos, no período de 1908 a 1936, os portugueses formaram o maior contingente imigrante a dar entrada no estado de S. Paulo, totalizando 275 mil pessoas, contra 209 mil espanhóis e 202 mil italianos (Klein, 1989, p. 22). Freitas (2006) atesta a presença dos portugueses como relevante dentre os operários, na composição do empresariado paulistano – atuando, em especial, no ramo de ‘secos e molhados’, como

mostram dados de 1929, nas padarias – segmento onde sua presença ficou marcada ainda nos dias de hoje. Alguns, como Ricardo Severo, tiveram atuação expressiva na imprensa, colaborando para os principais jornais da cidade (Freitas, 2006, p. 183). Por fim, não se pode deixar de lado figuras como José Ignácio de Fonseca Saraiva que, em 1914, fundou a Saraiva & Cia, de venda de livros – hoje uma das grandes empresas do setor editorial e de livrarias (Freitas, 2006, p. 184).

O cruzamento desses dados linguísticos e históricos sugere que, em São Paulo, apesar da intensa entrada de falantes do Português Europeu – que, no que se refere ao uso dos demonstrativos, se mostra de configuração ternária ainda hoje, o Português Brasileiro permaneceu a caminho da mudança. Essa constatação nos motivou a investigar como este processo se deu para a elite econômica e intelectual paulistana. Será que esse grupo seguiu as alterações no sistema pronominal demonstrativo, ou deixou-se influenciar pela massa de falantes portugueses? É exatamente esta questão que pretendemos enfrentar aqui, buscando em nossa resposta não somente colocar a dimensão linguística do fato, mas seus contornos socioculturais, o que deve levar em consideração a ‘comunidade de prática’ dessa mesma elite, como propõem de Eckert e McConnell-Ginet (2010).

Assim, propomo-nos a avaliar o uso dos demonstrativos pelos Mesquita. Essa escolha se justifica em função do fato de que essa família faz parte da elite econômica paulistana, sendo também relevante do ponto de vista intelectual. Como se sabe, eles eram (e são até hoje) proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo* desde o final do século XIX (Marcovitch, 2006), o que os coloca como donos de um importante meio para a produção e reprodução de crenças ideológicas, inclusive acerca da língua e de suas normas.

A família Mesquita certamente manteve contato com parte dos imigrantes portugueses afixados em S. Paulo. Em especial, com aqueles que faziam parte da elite econômica e intelectual de então, ou com os que se dedicavam a atividades relacionadas à imprensa. Este fato leva-nos a questionar se esse provável contato influenciou de alguma forma o comportamento linguístico dos Mesquita, questão que enfrentamos ao realizar a presente pesquisa.

Para o trabalho proposto, constituímos dois *corpora* de análise. O primeiro foi formado por 8 cartas de temática política, enviadas por Júlio de Mesquita a Washington Luís, nas primeiras décadas do século XX, garimpadas no Arquivo Público do Estado de S. Paulo. O segundo corpus foi constituído por 30 cartas, selecionadas a partir de Mesquita Filho (2006), enviadas por Júlio Mesquita Filho à sua esposa Marina Mesquita. Essas últimas correspondências foram produzidas durante as décadas de 1930 e 1940, quando o casal permaneceu separado – seja porque o marido estava no campo de batalha da chamada ‘Revolução de 1932’, ou porque estava preso ou, ainda, porque estava no exílio. Embora saibamos que são cartas de subgêneros diferentes – cartas políticas e cartas pessoais – o que pode gerar usos linguísticos distintos, decidimos por este material porque ele nos permite avaliar os usos de duas gerações diferentes de uma mesma família. Desses *corpora*, nós avaliamos não somente o uso dos demonstrativos, mas também indícios em seu discurso que pudessem contextualizar e dialogar com o quadro do uso linguístico encontrado.

Como resultado, esses *corpora* nos forneceram dados que consolidamos nas tabelas 1 e 2 a seguir, as quais contemplam todas as formas dos demonstrativos ‘este’ e ‘esse’, incluindo os neutros:

FLP 22(2)

Tabela 1 - Demonstrativos na 1.ª Geração dos Mesquita: usos de Júlio de Mesquita.

	Endofórico		Exofórico		Total	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
ESSE	5	31%		0%	5	23%
ESTE	11	69%	6	100%	17	77%
Total	16	100%	6	100%	22	100%

Tabela 2 - Demonstrativos na 2.ª Geração dos Mesquita: usos de Júlio de Mesquita Filho.

	Endofórico		Exofórico		Total	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
ESSE	39	63%	2	8%	41	47%
ESTE	23	37%	24	92%	47	53%
Total	62	100%	26	100%	88	100%

Embora haja diferenças em termos de quantidades de ocorrências mapeadas nas cartas do pai e do filho, as tabelas acima sugerem, em primeiro lugar, que, de uma geração para a outra, houve avanços significativos em termos da mudança dos demonstrativos. Assim, enquanto ‘este’ é a forma que mais aparece nos textos do velho Mesquita (77% do total), em usos similares a (1), há um maior equilíbrio entre as variantes nas cartas escritas por Mesquita Filho, com maior produtividade das formas de ‘esse’, em usos como (2).

- (1) Não sei as suas relações com este magistrado, mas, se ellas o conduzirem a tanto, seria uma bôa salvação para este caso intricado. (Júlio de Mesquita a Washington Luís, 25/03/1911)<sup>1</sup>.
- (2) Hoje, o nosso regime interno mudou. A convite do comandante e em companhia dele, demos um grande passeio pelos domínios do esquadrão. Fez-nos ele as horas du tour du propriétaire. Daqui por diante parece que será esse o regime diário (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 33))<sup>2</sup>.

Olhando para os dados anteriores como indicadores da mudança na norma linguística da família Mesquita na escolha dos demonstrativos ‘este’ e ‘esse’, os resultados que encontramos são intrigantes. Isso porque o favorecimento das formas de ‘esse’ de uma geração a outra dos Mesquita se deu em período de aumento de imigrantes portugueses no Brasil, e, em especial, no estado de São Paulo, estado de origem da família. O período que cobre a última década do século XIX até o final da

<sup>1</sup> Carta recolhida no acervo de documentos pessoais de Washington Luís, de livre acesso no Arquivo Público do Estado de S. Paulo. A transcrição manteve a linguagem e a ortografia do texto original manuscrito.

<sup>2</sup> As cartas escritas por Júlio de Mesquita Filho e Marina Mesquita foram transcritas e publicadas em Mesquita Filho (2006). Na ocasião de sua publicação, o organizador da obra garantiu, em consulta via e-mail, ter apenas atualizado a ortografia, mantendo-se fiel à linguagem original empregada pelos missivistas.

década de 1930 foi chamado por Freitas (2006) de ‘a grande imigração de portugueses’. Dados recolhidos pela historiadora em documentos do ‘Departamento de Imigração e Colonização’ de São Paulo dão conta de que mais de 360 mil portugueses se transferiram para esse Estado naquele período (Freitas, 2006, p. 41). Ou seja, ainda que convivessem em áreas com elevada concentração de falantes que mantinham o sistema tripartite, a família Mesquita seguiu uma tendência que desembocaria no sistema do Português Brasileiro atual, alterando o sistema pronominal demonstrativo.

Por fim, a comparação entre as tabelas 1 e 2 evidencia que as diferenças são mais acentuadas na endófora do que na exófora. Se tanto o pai quanto o filho optam pelas formas de ‘este’ de maneira predominante para as referências exofóricas, é na endófora que se diferenciam significativamente, com a clara opção da geração mais antiga por ‘este’ e da mais jovem por ‘esse’.

Todas essas observações a partir dos dados das tabelas anteriores nos levaram a buscar respostas para as seguintes perguntas que procuraremos responder nas próximas seções:

1. Quais razões explicam a maior proximidade de Júlio de Mesquita com o uso lusitano, que mantém intacto o sistema tripartite e opta pelas formas de ‘este’ sempre que se pode escolher, como Pereira (2005) descreveu? E por outro lado, que razões levam o filho a adotar as formas de ‘esse’, aproximando-se mais do quadro do Português Brasileiro que vinha se configurando?
2. Que razões explicam o comportamento linguístico dos Mesquita, enquanto família, levando ao cabo a mudança que favoreceu o uso das formas de ‘esse’, a despeito de estarem ‘cercados’ por falantes que teoricamente mantinham o sistema tripartite em funcionamento?
3. Que razões explicam as diferenças entre o uso endofórico e exofórico mapeados na comparação dos usos de Júlio de Mesquita e seu filho?

As respostas a essas questões mostram o quanto a perspectiva da História Social da Língua pode colaborar para uma maior compreensão da mudança linguística. Vejamos como isso se dá.

### **2.1 Um Júlio de Mesquita mais ‘português’, um Júlio de Mesquita Filho mais ‘brasileiro’**

Como vimos acima, os dados mais gerais evidenciam que Júlio de Mesquita preferia as formas de ‘este’, enquanto o filho optava pelas formas de ‘esse’ em suas cartas. Que explicações podemos dar a isto?

Podemos buscar resposta para as diferenças individuais nos usos dos demonstrativos feitos por Júlio de Mesquita e Júlio de Mesquita Filho considerando os dados de suas biografias. O pai, segundo Marcovitch (2006), nasceu em Campinas, em 1862, mas era filho de portugueses que migraram para o Brasil com D. João VI. Se Júlio de Mesquita era pela ascendência paterna e materna a primeira geração brasileira, Júlio de Mesquita Filho é, por conseguinte, a segunda geração brasileira, mais distanciada das normas da oralidade portuguesa.

Mesmo que, por motivos escolares, tenha inclusive residido em Portugal em fase pequena de sua adolescência, Júlio de Mesquita Filho foi marcado pelo *habitus*

linguístico, nos termos de Bourdieu (2009), da elite paulista e brasileira. Ele passou a infância (período fundamental para a internalização de normas gramaticais) no Brasil, tendo recebido educação na casa dos Mesquita. Ou seja, se mais tarde seus estudos secundários seriam feitos na Europa, e uma parte deles em Portugal, sua norma gramatical já estava bem estabelecida. Essa estada, aliás seria curta, retornando para cursar o ensino superior em São Paulo.

Aliás, esse dado sobre a formação escolar de Júlio de Mesquita Filho só amplia a relevância dos dados que encontramos aqui. Não se pode atribuir os resultados que encontramos a uma baixa escolarização do filho em relação ao pai. Júlio de Mesquita Filho, ao contrário, seguiu os melhores caminhos de educação formal disponíveis à elite de seu tempo. Cursou o primário na cidade de São Paulo, seguiu seus estudos na Escola Acadêmica, em Lisboa, cursou o Colégio de *La Chatelaine*, na Suíça e, por fim, fez curso na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (Mesquita Filho, 2006). A explicação para seu comportamento linguístico, na preferência pelas formas de ‘esse’, certamente guarda mais relações como a cultura e o *habitus* linguístico dos brasileiros de seu grupo social.

É claro que poderemos atribuir o resultado, aqui encontrado, ao fato de as cartas de Júlio de Mesquita, o pai, terem um cunho bem mais formal que as de seu filho. De fato, cartas políticas são mais marcadas por formalidade que cartas pessoais, ainda mais as que foram trocadas entre marido e esposa. De fato, as cartas enviadas a Washington Luís são marcadas por pedidos de favor político, o que requereu de Júlio de Mesquita estratégias linguísticas e discursivas formais. Entretanto, para buscar comprometimento do seu interlocutor, era preciso também aproximar-se dele e, em função disso, Mesquita chama Washington Luís, de forma recorrente, por ‘amigo’, o que aponta para um certo grau de ‘familiaridade’ entre os dois.

FLP 22(2)

Por outro lado, se é verdade que Mesquita Filho escreve textos mais carregados de afetividade à sua esposa, também é fato que o seu modo de escrita ia em duas direções que resultavam em afastamento de sua interlocutora. Assim, ou escreve de forma sintética, como se produzisse ‘bilhetes’, como podemos ver no excerto (3), ou produz cartas com caráter ensaístico, de linguagem mais rebuscada e, por vezes, marcadas de formalidade, como podemos ver em (4), que foi iniciada por uma mesóclise. Aliás, Marina Mesquita muitas vezes reclama que o marido escreve ‘de tudo’ menos do relacionamento e da vida amorosa dos dois, mantendo um certo grau de afastamento.

## (3) Marina

Tudo aqui na mesma. Amanhã conversaremos. Basta o que você me mandou. Se necessário mais alguma coisa, direi amanhã.

Beijos

Julinho (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 33)).

(4) Ver-nos-emos [Júlio de Mesquita Filho e o diretor do *Foreign Policy Institute*] na semana próxima, pois nesta já não é possível pelo muito que me resta a fazer (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, 13/05/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 100)).

## 2.2 Uma família Mesquita que implementa a mudança dos demonstrativos do Português Brasileiro a despeito do aumento da imigração portuguesa

Para responder à questão 2, apontada anteriormente, sobre o fato de os Mesquita terem seguido a trajetória da massificação de ‘esse’, ainda que vivessem em locais que receberam grande afluxo de portugueses, e, portanto, de falantes que mantinham preservado o sistema tripartite, precisamos recuperar o argumento de Pereira (2010), em trabalho dedicado à realização do sujeito pronominal. Naquele trabalho, também se constata que a família Mesquita opta por acompanhar a mudança do Português Brasileiro em relação à intensificação do uso dos sujeitos explícitos (plenos).

Em sua análise, Pereira identifica alguns componentes do *habitus*, nos termos de Bourdieu (2009), do grupo social do qual a família Mesquita é parte. Assim, a elite paulistana do período era atraída por bens estrangeiros, mas fazia muitas reservas à aproximação social com imigrantes, em especial os da grande massa que veio para o Brasil trabalhar na produção de café e como operários nas indústrias. Mantinha, em função disso, na questão da realização do sujeito, uma norma linguística que permitia distinguir-se desses indivíduos, aceitos de bom grado apenas como bons empregados. Além disso, a elite paulistana de então era ainda tributária de uma certa herança rural, seja em função do fato de que, até as últimas décadas do século XIX, residiam em fazendas e em pequenas cidades, seja porque reproduziam seu capital financeiro a partir de produtos gerados no campo. Carregava, por isso, em seu *habitus*, as disposições que permitiam, sem sanções, optar pelo sujeito pleno – aproximando-se dos falares populares - sem que com isso aderisse às outras normas também ativas no dialeto caipira.

De fato, as cartas de Júlio de Mesquita Filho mostram, de alguma maneira, esses elementos. Assim, não são poucos os trechos em que ele mostra encantamento com o universo da alta cultura estrangeira a que tem acesso nos seus exílios, como podemos ver no exemplo (5).

- (5) Depois visitei São João Latrão, Santa Maria Maggiore e, em diferentes igrejas admirei: uma Santa Teresa em êxtase, do Bernini, o Moisés, de Miguel Ângelo, e outras obras primas. Quanta beleza e quanta maravilha! E como a humanidade se transfigurou vistas através desses prodígios da arte! (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 31/05/1933 (Mesquita Filho, 2006, p. 58)).

Além disso, nas cartas de Júlio de Mesquita Filho, temos alguns indícios de sua ligação com a cultura rural brasileira, ao mesmo tempo em que se mostra aberto a inovações. É o que percebemos em trechos, por exemplo, nos quais evidencia suas preferências alimentares. Assim, em uma de suas cartas – donde tiramos o excerto (6) - ficamos sabendo que ele gostava de cuscuz (provavelmente, à paulista) - prato típico da culinária brasileira, criado com a modificação de receita moura (com a introdução de farinha de milho e leite de coco), e que havia sido trazida ao Brasil no processo de colonização, como nos informa Cascudo (2004). Ao mesmo tempo, Júlio adora consumir *cream crackers*, como vemos em (7), o que pode ser visto como a aceitação de um produto de origem estrangeira.

FLP 22(2)

- (6) Os oficiais estão pedindo cuscuz para amanhã. A prontidão obriga a oficialidade toda a permanecer aqui, o que eleva a dez o número dos candidatos ao almoço. Conto com você, pois garanti que o cuscuz estaria aqui às doze e meia sem falta (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 35)).
- (7) Desde ontem, a uma da madrugada, que estamos de prontidão rigorosa. Ninguém sai do quartel, oficiais inclusive. Com isso, aumentou bastante o consumo dos deliciosos *cream crackers*, razão por que pedi reforço para hoje. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 34)).

Se nas cartas avaliadas não há trechos que possam evidenciar alguma repulsa explícita dos missivistas em relação à massa trabalhadora de imigrantes ou de brasileiros simples, também não podemos afirmar que isso evidencie que os Mesquita eram abertos ao contato próximo com essa população. Os personagens que aparecem em seus textos são sempre nomes conhecidos das famílias da elite brasileira - como 'Cincinato Braga', 'Paulo de Barros', 'Piza', dentre outros. A própria ausência de referência a nomes de origem mais simples em seus relatos evidencia a distância que eles mantinham das camadas populares – no que certamente eram acompanhados por outros integrantes de sua 'comunidade de prática'.

Todos esses indícios discursivos nos levam a confirmar Pereira (2010) no que diz respeito às disposições do *habitus* da elite, da qual os Mesquita faziam parte. Relacionando esse fato ao uso linguístico que encontramos, percebemos que os demonstrativos também se inserem nesse mesmo jogo de distinção social. A adesão às formas de 'esse' - acompanhando o movimento de mudança do Português Brasileiro àquela altura, distanciava a elite brasileira do uso vigente em Portugal, mas não implicava na adesão por completo aos dialetos populares brasileiros, já que deles buscava se diferenciar em outros usos linguísticos.

FLP 22(2)

### 2.3 Uma mudança que ocorreu primeiro na endófora e somente depois na exófora

Resta-nos responder a terceira questão que colocamos antes. A que diz respeito às diferenças que mapeamos entre Júlio de Mesquita e Júlio de Mesquita Filho, que se deram de maneira mais significativa na endófora. Assim, no uso exofórico, tanto o pai como o filho optam pelas formas de 'este', enquanto na endófora há uma separação entre os dois: o pai prefere 'este' e o filho, 'esse'.

Isso pode ser explicado por diferenças estruturais entre a endófora e a exófora no quadro mais geral da mudança ocorrida no Português Brasileiro. Como Pereira (2013) demonstrou em estudo diacrônico, o processo de substituição de 'este' por 'esse' - ainda em curso nos usos brasileiros atuais, mas em estágio bem avançado – atingiu primeiramente a referência endofórica e só posteriormente, a exofórica (Pereira, 2013, p. 98).

Isso talvez tenha sido favorecido pelo fato de que mesmo na visão normativista, que encontramos em Cunha e Cintra (2001, p. 332), por exemplo, as referências endofóricas anafóricas sejam identificadas pela variação entre as formas de 'este' e de 'esse'. A endófora, nesse sentido, era um contexto menos controlado pela prescrição e, com isso, menos marcado na escolha dos demonstrativos. Por ser menos

marcado, o contexto da endófora não favorece o controle consciente dos usuários da língua.

Desse modo, como os dados que analisamos se referem a usos na primeira metade do século XX, quando a mudança é mais intensa na endófora, é natural que as diferenças significativas de uma geração à outra se dê exatamente nas retomadas textuais.

#### **2.4 Que conclusões tirar do uso dos demonstrativos nas duas gerações dos Mesquita**

O pequeno estudo que apresentamos anteriormente mostrou que essa importante família paulista seguiu o movimento mais geral do Português Brasileiro na questão do sistema pronominal demonstrativo. Procuramos demonstrar que isso ocorreu por questões individuais e sociais. Assim, características pessoais dos dois indivíduos aqui tomados como informantes e suas relações com os grupos sociais com os quais conviveram explicam porque o filho mais novo fez um uso mais intenso de ‘esse’ e porque a família Mesquita, de uma maneira geral, levou adiante a mudança linguística, ainda que encontrasse forças contrárias a este movimento – a grande massa de imigrantes portugueses que se fixaram em São Paulo e o contato com os falantes que mantinham o sistema tripartite.

Procuramos com este exemplo de estudo evidenciar as interações que a língua e o contexto sociocultural estabelecem historicamente. E mostrar como a perspectiva da História Social da Língua pode colaborar para a compreensão mais completa da mudança linguística.

FLP 22(2)

### **3 INTERAÇÕES ENTRE O SOCIAL E O LINGUÍSTICO NO USO DA ÊNCLISE NAS CARTAS PESSOAIS DO CASAL MESQUITA**

#### **3.1 A motivação social da ênclise no português do Brasil**

Ao selecionar a comunidade Martha’s Vineyard para estudar a motivação social de uma mudança fonética, William Labov sabia que a ilha conservava traços linguísticos antigos, entre os quais o mais saliente, inclusive para os próprios falantes, era a retenção do /r/ final e preconsonantal. O conhecimento do traço linguístico e do seu significado social pelos falantes, inferiu Labov, poderia ativar o uso controlado do fenômeno enviesando os resultados da pesquisa, razão por que descartou o estudo da realização do /r/ e buscou outro objeto que ocorresse reiteradamente no curso da conversação espontânea, tivesse amplo espectro possível de variação e fosse altamente estratificado. Optou, então, pelo estudo da diferença na altura do primeiro elemento dos ditongos centralizados /ay/ e /aw/, alegando que esse objeto linguístico é “saliente para o linguista, mas não para os falantes; é claramente imune à distorção consciente, já que os vineyardenses nativos não se dão conta dele, nem conseguem controlá-lo conscientemente”. (Labov, 2008, p. 27)

Seguindo os passos de Labov nessa metodologia inovadora, compulsamos as gramáticas da virada do século XX, para avaliarmos se era possível identificar um contexto linguístico da colocação pronominal que alcançasse as condições mínimas para o estudo da sua motivação social. Em geral, os gramáticos assinalavam o veto ao uso da próclise em início absoluto de oração e acusavam de ‘brasileirismo’ o emprego

da ênclise na presença de elementos atratores, como a negação, os advérbios aspectualizadores e as conjunções subordinativas. Um contexto, porém, parecia escapar da perspectiva gramatical: as infinitivas preposicionadas. Nem se prescrevia uma posição para os pronomes, nem se rotulava de ‘brasileirismo’ a escolha pela ênclise ou pela próclise.

Os brasileiros Júlio Ribeiro (1881) e João Ribeiro (1889), e o português Júlio Moreira (1913) discutem a colocação pronominal, mas sequer mencionam o contexto das infinitivas preposicionadas. Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), Otoniel Mota (1911) e Maximino Maciel (1918) dão preferência à próclise nesse contexto, sem atentarem para o tipo de preposição ou de pronome envolvidos. O único que atentava para o contexto das infinitivas preposicionadas era Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 244), que manifestamente se pautava no modelo dos escritores clássicos e assinalava que o pronome era mais comumente enclítico com as infinitivas regidas da preposição ‘a’; no contexto das demais preposições era comum a próclise.

O contexto das infinitivas preposicionadas, negligenciado por alguns, apontado como lugar de variação com propensão à próclise por outros e de comportamento diferenciado dos clássicos por um terceiro, pareceu-nos que atendessem ao critério de ser saliente para os linguistas, mas não para os falantes, e ainda preenchia os requisitos da frequência, estrutura e distribuição. Não obstante as infinitivas preposicionadas passassem praticamente despercebidas dos gramáticos, a pesquisa linguística de Pagotto e Duarte (2005), em amostra constituída de cartas pessoais escritas entre 1879 e 1892 aos netos, revelava que, tal como nos demais contextos linguísticos, havia uma correlação entre gênero, escolaridade e colocação pronominal, resultado que torna o problema mais significativo para o estudo da motivação social dessa variável: o engenheiro Christiano Ottoni, político de grande prestígio que ocupou a cadeira de deputado e de senador, optava pelo emprego da ênclise; a esposa Barbara Balbino de Araújo Maia, de família influente no interior fluminense, adotava o uso da próclise.

O comportamento linguístico da esposa poderia ser interpretado como um traço conservador do português clássico, que privilegiava a próclise. Entretanto, como a próclise em início absoluto de oração que aparece em suas cartas não é detectada no padrão clássico, os autores a interpretam como um traço do português do Brasil. Já a ênclise na gramática do senador revelava a adoção da ‘norma linguística mais lusitana’, a qual se tornara saliente a partir do século XVII (Martins, 2016) ou do século XVIII (Galves et al., 2005). Os autores salientam ainda que a análise discursiva das cartas do avô deixa transparecer a preocupação com a linguagem: “[...] cioso de seu papel na educação dos netos, procuraria imprimir a seu texto uma marca linguística modelar, a fim de que eles aprendessem a ‘boa linguagem’” (Pagotto; Duarte, 2005, p. 76).

O foco na educação dos netos remete à preocupação com atitudes civilizatórias de perspectiva eurocêntrica e, nesse sentido, a adoção da ênclise do Português Europeu seria a versão linguística de comportamentos que colocariam os filhos da elite nos trilhos da civilização europeia. O tecido embrionário que dá suporte a essa interpretação é a análise linguística comparativa dos textos constitucionais do império (1828) e da república (1891). Entre as diferenças linguísticas, Pagotto (1998) observou que a Carta Imperial era marcadamente proclítica (inclusive em início de sentença), trazia o uso do advérbio ‘aonde’, da relativa cortadora e do artigo com o elemento quantificador ‘todo o SN’. A Carta republicana, por sua vez, era essencialmente

enclítica, trazia o uso de ‘onde’, da relativa-padrão e da ausência do artigo com o quantificador ‘todo SN’.

Apesar da diferença entre os dois gêneros (cartas pessoais e textos constitucionais), com condições sociais de produção bem distintas, os dois estudos apontam para a codificação de uma norma culta pautada na ênclise, no final do século XIX, responsável pela dilatação da distância entre a escrita e o vernáculo brasileiro que, como nas cartas da esposa do senador, tendia para a próclise. A adoção da ênclise (entre outros objetos linguísticos) pela elite, em franca oposição aos usos linguísticos de grupos sociais em pontos mais baixos na hierarquia do poder, nos ataria linguisticamente a Portugal, tornando perene uma norma culta que não nos representa:

Na relação do sujeito com a língua, a diversidade é normalmente sufocada pelo efeito simbólico que uma língua superior exerce sobre ele. As formas linguísticas da chamada norma culta estão impressas de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças. A relação com a norma culta tende para o eterno: ela é o sempre-lá, como se não tivesse origem histórica. (Pagotto, 1998, p.50).

A esse propósito, vale lembrar que o estudo diacrônico da colocação pronominal em romances oitocentistas brasileiros e portugueses realizado por Schei (2010) assinala que, embora os textos brasileiros denunciasses alta produtividade de ênclise, havia uma diferença em relação aos usos lusitanos: é que a prevalência da ênclise se dava independentemente do tipo de preposição.

A questão é bastante complexa, pois o período é marcado pela conturbação social envolvendo brasileiros e portugueses, em todas as esferas sociais (Ribeiro, 1994; Rowland, 2001; Souza, 2005; Carvalho, 2012). Embora muitos portugueses cultos de tendência republicana e monarquistas, depois, fugissem para o Brasil na virada do século XX e exercessem a função de jornalistas e professores (o diretor do Colégio *Culto à Ciência* era português), atuando dentro da norma lusitana, com proliferação de textos voltados para a gramatização da língua, o antilusitanismo acirrava as diferenças, mas também as abrandava entre aqueles que desejavam aqui permanecer. Nesse sentido, a motivação para o uso da ênclise pela elite brasileira deve ser buscada em outro lugar.

Este trabalho tem, então, por objeto de estudo a colocação pronominal em infinitivas preposicionadas nas cartas pessoais trocadas pelo casal Júlio de Mesquita Filho e Marina Mesquita entre 1932 a 1933 e 1938 a 1943, período em que, pressionado pela ditadura varguista, o proprietário de *O Estado de São Paulo* foi constrangido a viver no exterior. Para um tratamento mais refinado dos dados, investimos na análise da colocação pronominal a partir de dois fatores linguísticos condicionantes – o tipo de preposição e o tipo de pronome –, excluindo a categoria morfológica do elemento regente da preposição, pois não se mostrou relevante. Eliminamos da análise todos os dados que apresentavam interveniência de outro material linguístico, como os operadores de próclise: negação, advérbio aspectual, conjunções subordinativas e marcadores discursivos. Também excluímos as locuções verbais, restringindo a análise a formas como *começou a X falar-X*, *terminou de X falar-X*, *depois de X falar-X*; *para X falar-X*, em que X representa o pronome clítico na posição de próclise ou ênclise ao verbo infinitivo. Colocamos em perspectiva os dados recuperados das cartas pessoais do casal Mesquita na primeira metade do século XX, como sugerem os exemplos:

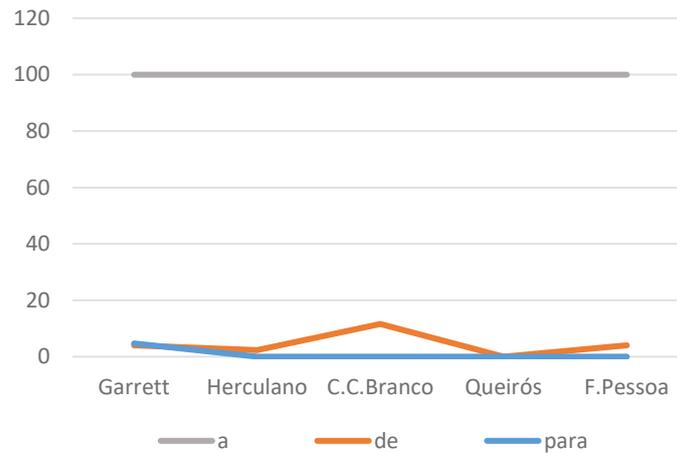
- (8) Fez questão *de apresentar-me* a filha, uma garota de vinte anos, de uma beleza de star de cinema... (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 17/06/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 116), grifo nosso).
- (9) Ela partiu, ontem, à meia-noite, e ele, que veio *para aperfeiçoar-se* em narizes, gargantas etc., volta nestes quinze dias. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 17/06/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 116), grifo nosso).
- (10) Atribuo o seu silêncio a não ter você recebido a carta que lhe mandei das Bermudas, pedindo que não deixasse *de me escrever*, pois, para quem anda com os nervos gastos como eu, 25 dias sem notícias é demais! (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 14/07/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 121), grifo nosso).
- (11) O Elieser continua fazendo-me regularmente as injeções, que, aliás, continuam *a fazer-me* bem. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 05/12/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 123), grifo nosso).

No cômputo geral das infinitivas preposicionadas, a escrita de Júlio é tendente para a ênclise, com 67,36% de frequência (64/95 ocorrências), ao passo que a de Marina é para a próclise (24/60 de ocorrências de ênclise). Esse comportamento especular encontra ressonância nos achados de Pagotto e Duarte (2005), que apontam para a importância do fator gênero para explicar a variação da colocação pronominal. Esse primeiro quadro nos levaria a associar a escrita de Júlio ao português europeu e a de Marina ao português brasileiro. Para discutir essa questão, recuperamos estudos sobre a colocação pronominal em infinitivas preposicionadas em cartas pessoais e em cartas de circulação pública ao longo do século XIX até o início do XX, para compormos um painel comparativo.

FLP 22(2)

### 3.2 A colocação pronominal nas infinitivas preposicionadas: escritores e intelectuais

Para a construção de um painel contrastivo, tomamos como bússola os resultados da análise da colocação pronominal em análise variacionista da colocação pronominal em cartas pessoais de escritores portugueses e brasileiros, realizada por Oliveira (2011). Nas construções infinitivas preposicionadas, o tipo de preposição se revelou fortemente condicionante da posição do clítico na escrita dos portugueses: no contexto da preposição 'a', é categórico o emprego da ênclise; no contexto das demais preposições, o comportamento é o inverso, uso quase absoluto da ênclise:

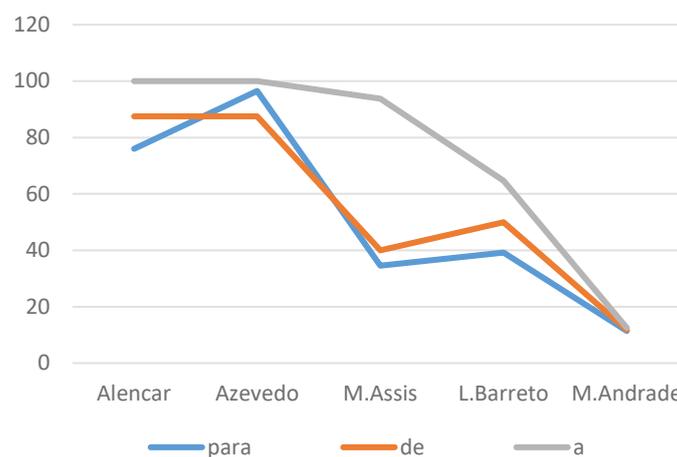


Fonte: Oliveira (2011).

Gráfico 1 – Ênclise: escritores portugueses.

Curiosamente não se projeta esse desenho gráfico entre os escritores brasileiros, apesar de, no período imperial de meados do século XIX, a Corte, introduzindo padrões de civilidade, importar bens culturais, beneficiando-se de bailes, concertos, reuniões e festas, e tomando “a família imperial como modelo e centro de sociabilidade” (Schwarcz, 2012, p. 111). É justamente nessa época que o desenho gráfico da ênclise ganha contornos mais marcados, o que se verifica nas produções textuais dos literatos de veia romântica, nas quais nem a preposição, nem o tipo de pronome incide na posição do clítico. O império da ênclise entra em declínio com a nova geração de literatos e a atmosfera republicana dos movimentos intelectuais a partir da década de 1870:

FLP 22(2)



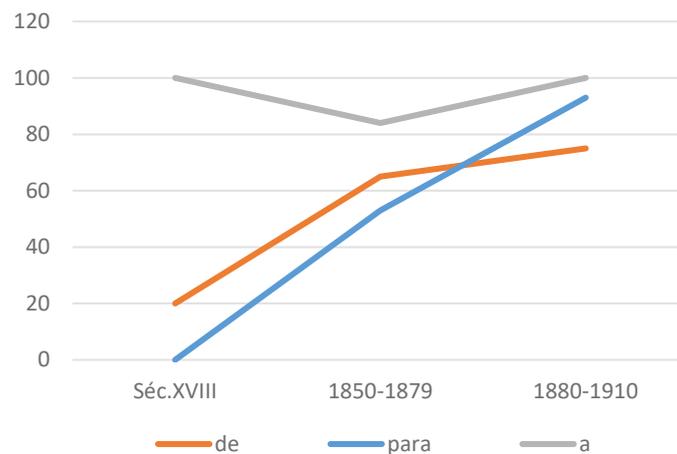
Fonte: Oliveira (2011).

Gráfico 2 – Ênclise: escritores brasileiros.

Não obstante a ênclise saísse de cena entre os literatos na virada do século XX, caindo à casa de um dígito nas cartas do modernista Mário de Andrade, em processo inverso, a ênclise se sedimentava no prosaísmo do teatro político. Com efeito, a escalada da ênclise nas cartas de circulação pública ao longo do século XIX segue o

movimento contrário daquele observado entre os literatos (gráfico 3), refletindo a mesma tendência encontrada no texto constitucional republicano estudado por Pagotto (1998).

Ao contrapormos as cartas de circulação pública do período colonial com as do período independente, observamos que no Brasil-colônia (séc. XVIII no gráfico) se desenhava a gramática lusitana com 100% de ênclise, no contexto da preposição ‘a’, e próclise com as demais preposições; já nas cartas de circulação pública do período independente, prevalece a ênclise com todas as preposições, colocação que ganha proeminência no período pré e pós-republicano:



Fonte: Oliveira (2013).

Gráfico 3 – Ênclise: cartas de circulação pública.

A ascendência da ênclise ao final do século XIX confirma a tese de Pagotto e Duarte (2005), de que nesse período se configura o distanciamento entre a norma culta escrita e o vernáculo brasileiro, com ênclise e próclise respectivamente. Entretanto, ao contrário do que sugere o autor, a norma culta não segue o padrão lusitano, pois a colocação pronominal não estava condicionada ao tipo de preposição. Na construção da identidade entre nação e língua (Hobsbawn, 1990) e na luta pelo poder simbólico (Bourdieu, 2008), tornava-se necessário depurar determinados usos linguísticos, o que, no que concerne à colocação pronominal, se fez por meio da potencialização da ênclise em todos os contextos, inclusive naqueles em que um operador facultasse o emprego da próclise, o que, no caso das infinitivas preposicionadas do modelo lusitano, se dava na presença das preposições ‘de’ e ‘para’.

Se a diferença dilatada entre a norma culta escrita e o vernáculo brasileiro não se deve à seleção do padrão lusitano, como se pode explicar o abismo entre as duas variantes? A resposta para essa diferença parece provir da distinção qualitativa que a sociedade imperial fazia de seus integrantes, separando os cidadãos políticos originários de grupos senhoriais do povo por concentrarem o cabedal intelectual e o poder político:

O entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas. As faculdades de direito davam sobretudo o treino retórico e a erudição em história e literatura. Estes saberes eram nucleares na tradição imperial. Assim, a imprensa, os opúsculos, a poesia e a oratória eram parte

do processo de socialização da elite política, completando a assimilação do universo mental do Império que os cursos de direito começavam. (Alonso, 2002, p. 113).

A inexistência de uma camada letrada autônoma no império e a conjunção da carreira pública com o desenho intelectual expresso pelas letras permitiam a afinação linguística que colhemos na manifestação da ênclise. Diferente é a situação a partir da década de 1870, quando uma mudança geracional acompanha o processo de profissionalização do literato e o distancia das esferas de atuação política.

### 3.3 A colocação pronominal nas infinitivas preposicionadas: os Mesquita

O duplo ênclise-civilização identificado nos intelectuais políticos oitocentistas ainda ganha protagonismo no português do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, como denuncia a escrita de Júlio de Mesquita Filho. Apesar das diferenças entre as escritas de Júlio e da esposa Marina – ênclise *vs.* próclise, respectivamente, nos dois casos a colocação pronominal é condicionada pelo tipo de preposição, sem, entretanto, seguir o padrão lusitano que reduz a ênclise à presença da preposição ‘a’:

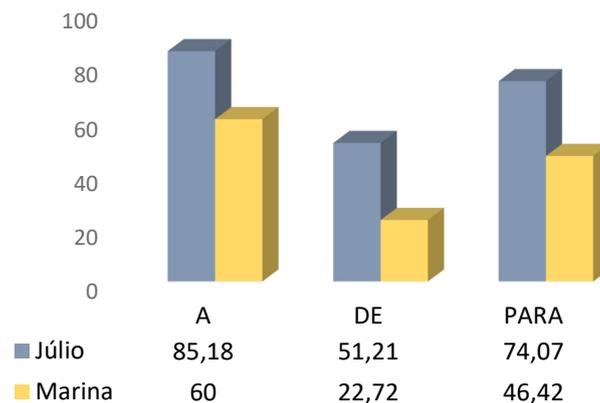


Gráfico 4 – Ênclise: infinitivas preposicionadas na escrita dos Mesquita.

Ainda que a amostra seja composta de textos na modalidade escrita, é possível supor que o peso da eufonia implantada pela vogal baixa nas preposições ‘a’ e ‘para’ acionasse a ênclise na gramática de ambos os missivistas, pois é nesse contexto que essa colocação ganha musculatura. Essa hipótese ganha consistência no caso da gramática de Marina, em que o vetor da eufonia encalça também os pronomes, de forma a motivar a posição enclítica do pronome acusativo de 3.<sup>a</sup> pessoa. Com efeito, eliminando do quadro esse tipo de pronome, a queda da ênclise na gramática de Marina é vertiginosa, passando, por exemplo, de 60 a 20 pontos percentuais com a preposição ‘a’, processo que também atingiu as demais preposições. Pode-se, portanto, intuir que a gramática de Marina é orientada sobretudo por questões de eufonia. Entretanto, esse efeito não é colhido nas cartas de Júlio ao se analisar a colocação pronominal sob a ótica do tipo de pronome envolvido. A retirada dos pronomes acusativos de 3.<sup>a</sup> pessoa ocasiona baixa da colocação enclítica na gramática de Júlio, mas a diferença não supera o índice de 6 pontos percentuais:

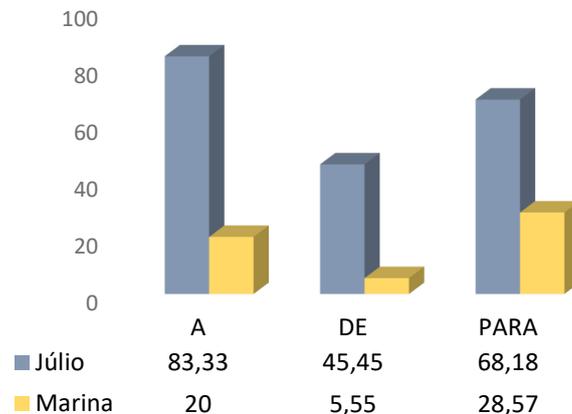


Gráfico 5 - Ênclise nas infinitivas posicionadas (sem clítico acusativo de 3.ª pessoa).

O desenho gráfico sugere que a fatoração da harmonia sonora tomada por baliza na colocação pronominal na gramática de Marina não é operante na gramática de Júlio, a qual revela estabilidade no uso da ênclise até mesmo com a exclusão do pronome acusativo de 3.ª pessoa. Saliente-se que, contrariamente a Júlio (seção 1.1 acima), Marina não teve formação institucional, apesar de também pertencer a família elitista (era filha do fundador da Faculdade de Medicina, o médico Arnaldo Vieira de Carvalho).

Uma outra diferença entre os missivistas está no fato de que a ênclise é motivada estilisticamente pelo *pathos* na gramática de Marina, o que sugere conhecimento de seu uso pelo marido. É adotada para estimular compaixão em Júlio, ao narrar a situação patética da chegada das visitas quando já se preparava para partir; para amenizar a raiva do pai com o arrependimento do filho, por ter escolhido o curso preparatório para a Escola Politécnica; para provocar indignação com a forma como o sobrinho foi dispensado pela namorada; para provocar ternura no marido ao dizer-lhe da agonia em receber suas notícias ou da vontade de ir ao seu encalço:

- (12) Quando já tinha me instalado com armas e bagagens num táxi *para dirigir-me* a casa de Raul, chega a Isolina acompanhada da filha e de Perold. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 18-21/05/1942 (Mesquita Filho, 2006, p. 303), grifo nosso).
- (13) O Ruy veio comigo ontem à noite *para dizer-me* que está muito arrependido de ter entrado para o pré-politécnico. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 30/04/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 310), grifo nosso).
- (14) Pois ontem a mocinha procurou o nosso sobrinho no Paulistano *para dizer-lhe* que estava tudo acabado. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 8-12/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 317), grifo nosso).
- (15) Tomara que a carta não leve dias *para chegar-me* às mãos. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 05/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 316), grifo nosso).
- (16) Eu ando com uma vontade *de ir-me* embora! Estou com tanta saudade que se não fosse o dever eu zarpava já, já. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 8-12/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 317), grifo nosso).

Se Marina apela para a ênclise como recurso estilístico para provocar a emoção em seu marido, Júlio adota a próclise para expressar incerteza, ainda que investido no papel daquele que deve transmitir segurança à família. Embora Rocha Lima tivesse a obrigação de lhe ceder um exemplar gratuitamente do tratado, não podia garantir que assim o fizesse (17); as notícias minuciosas do que ocorria no Brasil não lhe chegaram, deixando-o desorientado (18); as informações sobre a saúde de Raul eram fornecidas por Marina e somente a partir delas ele poderia tirar alguma conclusão. Como ela estava insegura a esse respeito, ele não podia ter opinião diferente, ainda que buscasse tranquilizá-la (19):

- (17) Este último [*Tratado de ornitopatologia*] podia pedir ao Rocha Lima, que tem a obrigação *de me ceder* um exemplar grátis. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 16/07/1941, (Mesquita Filho, 2006, p. 255), grifo nosso).
- (18) Você ficou *de me mandar* notícias mais minuciosas e até agora nada, a não ser a opinião de Teodorico sobre a situação. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 26/05/1941, (Mesquita Filho, 2006, p. 237), grifo nosso).
- (19) Não há motivo algum que justifique a sua impaciência relativamente à saúde de Raul. Você é a primeira *a me dizer* que ele está fazendo jogo de paciência! Que mais poderia você desejar? (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 07/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 317), grifo nosso).

Porém, como mostra a projeção gráfica, na maior parte dos casos o que se tem é o emprego da ênclise. Por oposição à relação próclise-incerteza, a ênclise emerge na gramática de Júlio como maneira de dizer certezas. E se a maneira de dizer reproduz e produz a maneira de ser (Maingueneau, 2011), a ênclise pontua e chancela o *ethos* (aqui entendido como a personalidade do enunciador) de Júlio como um indivíduo de discurso franco e de atitudes responsáveis, eficientes e certeiras e, portanto, civilizadas.

FLP 22(2)

### 3.4 Que conclusões tirar da colocação pronominal nas cartas do casal Mesquita

Marina explora a ênclise por via da função estilística para provocar o *pathos* no interlocutor, Júlio a adota para fazer emergir o seu *ethos*. Essas diferenças funcionais encontram respaldo nas comunidades de prática de que fazem parte. O rastreamento das atividades dos dois missivistas desvela particularidades que os distinguem. Começemos pela esposa.

Marina frequentava o teatro para ver diferentes tipos de espetáculo (peça teatral, música e dança), mas não se fascinava pelas peças. Gabrielle D'Annunzio não a emocionava, pois carregava na monstruosidade dos homens; a peça *Secret*, de Bernstein, produzida pela companhia *Vieux Colombier*, era medíocre por apresentar 'artistas velhas e feias e atores mambembes'. Não obstante, ia ao teatro. Talvez para ver e se fazer ver pela elite paulistana presente no teatro, como informava. Quanto ao cinema, Marina parecia mais condescendente, manifestando apreço pelas fitas (*Confissões de um espiã nazí*, *O ditador* e *Bola de fogo*). Além do cinema, tomava chá com as amigas no Jaraguá e no Mappin, ou passeava no clube Paulistano. Outra atividade cultural eram as conferências nos teatros. Avaliou como 'bem-feito e interessante' o trabalho de Alfredo Mesquita sobre o teatro no romantismo. Já a conferência sobre

música romântica, proferida por Mário de Andrade, não a alcançou: “Diz que foi ótima. Não entendi nada. O Mário, além de arrevesado, tem péssima dicção.” (Marina, 28-31/5/1941).

Marina mantinha uma correspondência assídua com Júlio, mantendo-o informado sobre questões políticas internas e externas, resumindo ou fazendo recortes de artigos de jornais que lhe encaminhava. Fazia suas observações sobre as notícias, mas pedia a Júlio que lhe explicasse ou desse sua versão para que ela pudesse se inteirar melhor do que ocorria no mundo. Mantinha-o ao corrente sobre os acontecimentos que envolviam a Universidade de São Paulo. Além disso, frequentemente devia buscar livros encomendados por Júlio para acudi-lo em seus estudos. Mantinha-o informado sobre suas atividades e as de cada elemento familiar. Quanto à educação dos filhos, sempre solicitava ao marido orientações e atendia as suas recomendações.

Talvez por estar no exílio e talvez por ser um hábito das elites, Júlio exigia da família constantes trocas epistolares, as quais tiveram reflexo na escrita de Marina, como se observa no comentário de Júlio sobre a sua caligrafia: “A sua caligrafia desta vez está aceitável. A primeira carta deu-me um trabalho dos diabos e, sem o Armando, muita coisa me teria escapado” (Júlio, 26/5/1941). A propósito, Armando fazia parte do grupo que constituía a ‘colônia’ de exilados (“Na colônia, as coisas seguem o seu curso e sensaborão”, 23/5/1942).

As cartas de Júlio explicavam a situação da política internacional do período, traziam notícias sobre seus artigos nos jornais estrangeiros e sobre seus contatos com embaixadores e com o Instituto Rockefeller. Por meio das cartas, Júlio solicitava que a família recepcionasse alguns de seus contatos. No âmbito familiar, orientava a esposa quanto às operações financeiras do casal, dava instruções sobre os cursos que os filhos deveriam seguir e estabelecia como e quando Marina deveria alcançá-lo no exterior. Vez por outra mencionava ter ido a cinemas (assistiu ao *Meu outra vez*, com Greta Garbo) e teatros. Ainda que tecesse críticas aos filmes e espetáculos, sempre tinha uma atitude positiva. Não perdia ocasião para falar de sua ida a campeonatos esportivos, em particular quando se tratava de jogos em que brasileiros estavam envolvidos.

De modo geral, as cartas de Marina assemelham-se a diários e expõem as dificuldades de dirigir a família com o marido à distância. As cartas de Júlio procuram recompor um ambiente de segurança, de otimismo e de tranquilidade. Essa diferença emerge nas palavras de Júlio que, em uma longa carta, critica a vitimização de Marina:

você continua inabalável nas suas convicções de um patriarcalismo estreito e renitente, para o qual o universo cabe dentro do círculo da família e todo o espaço que não tenda exclusivamente a melhorar a sorte material dos membros da tribo é um roubo de que são vítimas, tanto você como os nossos filhos. (Buenos Aires, s/d).

A esposa não deixa por menos. Responde-lhe à altura, afirmando que o sucesso do marido dependia em grande parte da administração da casa, papel que ela desenvolvia sozinha: “Agora penso e muitíssimo no lado prático e financeiro da vida, penso mesmo. Nem vejo como você poderá se dedicar ao país e à humanidade sem ter a sua vida particular em ordem” (São Paulo, s/d).

Esses poucos dados relativos às atividades do casal sugerem que, apesar de um núcleo comum – a administração familiar e a socialização por meio de atividades culturais, marido e mulher desenvolvem papéis diferentes. Marina tem o olhar voltado para a família e Júlio busca representar um papel na coletividade a que pertencemos,

participando de atividades que demandam envolvimento institucional. Parafraseando Eckert (2000), que afirma que ‘nós somos o que fazemos’ e que o engajamento em práticas diferentes implica em diferenças linguísticas, encontramos não tanto na biografia dos missivistas, mas na intersecção das comunidades de práticas a explicação para as semelhanças na colocação pronominal entre os esposos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situando a pesquisa num cruzamento interdisciplinar, extraímos do corpus não somente os dados linguísticos, mas informações sobre as comunidades de prática de que faziam parte os missivistas Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho e Marina Mesquita, para interpretá-las à luz de saberes que configuram o ramo das ciências humanas. Procuramos assim ultrapassar a fronteira da disciplina linguística para alcançar uma apreensão mais global do objeto.

Essa nova perspectiva, que prevê entrelaçamentos de dados linguísticos, dados históricos e dados socioculturais, tem como base de apoio a noção de comunidades de prática, entendidas como um nível de organização que envolve relações sociais e compartilhamento de atividades, de tal modo que “Particular kinds of knowledge, expertise, and forms of participation become part of individual’s identities and places in the community.” (Eckert, 2000, p. 35). Nesse processo, a língua inscreve sistemas simbólicos pertencentes a diferentes comunidades de prática.

Cumprir lembrar que a comunidade de prática não se restringe à rede de relações sociais, mas é identificada pelo compartilhamento de interesses. No caso das correspondências epistolares dos Mesquita, a comunidade de prática se definia pela regência da casa que era, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista da educação dos filhos, o ponto nodal das preocupações e ansiedades do casal, que se separara pelo exílio do marido. Tensionada pela ruptura e pela conservação das tradições familiares, a regência da casa estava sempre sob a batuta do marido distante, que a esposa trazia virtualmente para perto de si, por meio dos relatos que fazia a respeito das brincadeiras das crianças, dos períodos de férias na fazenda e da culinária local.

Entre os elementos linguísticos que cumprem esse papel estão os pronomes demonstrativos e a colocação pronominal, cujo significado social é construído pelo exercício em processo negociado dentro das comunidades de prática. No caso dos demonstrativos, a forte imigração portuguesa não conseguiu impor o sistema tripartite. No caso da colocação pronominal, a ênclise identifica os membros da comunidade que constitui a ‘colônia’ de exilados cultos. Marina participa dessa colônia ocasionalmente e acessa a ênclise não como valor distintivo, mas para alcançar a aprovação daquele que a tem como tal. Nos momentos de harmonia e de respeito mútuo, ela adota a próclise e ele conserva a ênclise.

#### REFERÊNCIAS

Alonso A. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

Bourdieu P. A economia das trocas linguísticas. Miceli S, et al., tradutores. São Paulo: Edusp; 2008.

- Bourdieu P. O senso prático. Petrópolis: Vozes; 2009.
- Carvalho JM. A vida política. In: Carvalho JM, organizador. A construção nacional: 1830-1889. Vol. 2. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva; 2012. p. 83-129.
- Cascudo LC. História da alimentação brasileira no Brasil. São Paulo: Global; 2004. p.186-190.
- Castilho AT. Os mostrativos no português falado. In: Castilho AT, organizador. Gramática do Português Falado: as abordagens. Vol. 3. Campinas: Editora da UNICAMP; 1993.
- Castilho AT. Nova gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto; 2010. p. 169-171.
- Cid O, Costa MC, Oliveira CT. Este e esse na fala culta da Rio de Janeiro. Estudos Linguísticos e Literários. 1986 Dez.;5:195-208.
- Cunha C, Cintra L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2001. p. 332-333.
- Eckert P. Linguistic variation as social practice: the linguistic construction of identity in Belten High. Oxford: Blackwell; 2000.
- Eckert P. Variation, convention and social meaning. Annual Meeting of the Linguistic Society of America; 2005. [citado 05 mar. 2019]. Disponível em: <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/EckertLSA2005.pdf>.
- Eckert P, McConnell-Ginet S. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: Ostermann AC, Fontana B, organizadores e tradutores. Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos. Lakoff R, et al. São Paulo: Parábola; 2010.
- Freitas SM. A grande imigração: primeiras décadas da República (1889-1930). Presença portuguesa em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; 2006.
- Galves C, Brito H, Souza MCP. The change in clitic placement from classical to modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. Journal of Portuguese Linguistics. 2005;4(1):39-67.
- Hall M. O imigrante na cidade de São Paulo. In: Porta P, organizadora. História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra; 2004. p. 121-151.
- Hobsbawn E. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1990.
- Klein HS. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e no século XX. Rev. Brasileira de Estudos Populacionais. 1989 Jul.-Dez.;6(2):17-37.
- Labov W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola; 2008[1972].
- Maciel M. Língua portuguesa: gramática descritiva baseada nas doutrinas modernas. 7.ª ed. Rio de Janeiro/Paris: Francisco Alves/Aillaud; 1918.
- Maingueneau D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez; 2011.
- Marcovitch J. Júlio Mesquita. Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Edusp; 2006.
- Marine TC. O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele [dissertação]. Araraquara: FCL, UNESP; 2004.

- Martins AM. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: Martins AM, Carrilho E, editores. Manual de linguística portuguesa. Berlin. Boston: De Gruyter; 2016. p. 401-430.
- Mattoso Camara Júnior JM. Estrutura da língua portuguesa. 32.ª ed. Petrópolis: Vozes; 2000.
- Mesquita Filho R, organizador. Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome; 2006.
- Moreira J. Estudos da língua portuguesa. Vol. 2. Lisboa: Livraria Clássica Editora; 1913.
- Mota O. Lições de português. 5.ª ed. São Paulo. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Companhia Editora Nacional; 1941[1911].
- Oliveira M. Pluricentrismo na arena linguística. In: Silva AS, Torres A, Gonçalves M, organizadores. Pluricentric languages: linguistic variation and sociocognitive dimensions. Braga: Universidade Católica Portuguesa; 2011. p. 681-694.
- Oliveira M. Colocação pronominal: índice social da elite intelectual. In: Anais do Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos (SINEFIL). Mato Grosso; 2013.
- Pagotto E. Norma e condescendência; ciência e pureza. Línguas Instrumentos Linguísticos. 1998 Jul.-Dez.;2:49-68.
- Pagotto E, Duarte ME. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: Lopes CR, organizador. A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj; 2005. p. 67-81.
- Pavani S. Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto falado em São Paulo [dissertação]. Campinas: IEL, UNICAMP; 1987.
- Pereira EC. Grammatica expositiva. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co.; 1907.
- Pereira HB. Esse versus este no Português Brasileiro e no Europeu [dissertação]. São Paulo: FFLCH, USP; 2005.
- Pereira HB. A realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX: uma análise em perspectiva gerativista trans-sistêmica [tese]. São Paulo: FFLCH, USP; 2010.
- Pereira HB. ESSE versus ESTE em filmes brasileiros: substituição ou especialização de formas? Filologia e Linguística Portuguesa. 2013 Jan.-Jun.;15(1):83-100.
- Ribeiro G. “Por que você veio encher o pandulho aqui?” Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares do Rio de Janeiro da República Velha. Análise Social. 1994;29(127):631-654.
- Ribeiro EC. Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza. 5ª. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora; 1950[1890].
- Ribeiro J. Grammatica portugueza. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler; 1881.
- Ribeiro J. Grammatica portugueza. São Paulo: Miguel Melillo Editor; 1899.
- Roncarati C. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: Paiva MC, Duarte MEL, organizadores. Mudança linguística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2003.
- Rowland R. Manueis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses. Etnográfica. 2001;5(1):157-172.

Schei A. A colocação pronominal do século XIX: a língua literária brasileira. São Carlos: Pedro & João Editores; 2010.

Schwarcz L. As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

Souza R. O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. *Politeia: História e Sociologia*. 2005;5(1):133-151.

Wenger E. *Toward a theory of cultural transparency: elements of a social discourse of the visible and the invisible* [tese]. Irvine: University of California; 1990.

FLP 22(2)